

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CAMPO NO ÂMBITO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Ednelma do Carmo da Cruz

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – (UFPI).

Lattes: [0625953778534969](#)

E-mail: ednelmacruz2020@gmail.com

Raimunda Alves Melo

Doutora em Educação (pela).

Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3652-8213>

Lattes: 3832472151302951

E-mail: raimundinhamelo@yahoo.com.br

Antonia Dalva França-Carvalho

Doutora em educação. Professora do Centro de Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9827-061X>

Lattes: 2678561806213333

E-mail: adalvac@uol.com.br

RESUMO

Em 2018, o Ministério da Educação (MEC), através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), lançou o Programa Residência Pedagógica (PRP), destinado a discentes regularmente matriculados em cursos de licenciatura. Este programa visa aprimorar a formação dos acadêmicos por meio de práticas que fortaleçam o campo da docência em uma escola de educação básica denominada escola-campo. Sua proposta é a inclusão de um novo modelo de Estágio Curricular obrigatório, funcionando como uma tentativa de quebra de paradigmas de modelos de estágios que tradicionalmente fazem parte do percurso acadêmico dos discentes. Diante disso, este trabalho foi realizado com o objetivo de conhecer a proposta formativa do Programa Residência Pedagógica no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo. Realizou-se pesquisa de abordagem qualitativa em que se utilizou a análise documental da legislação que regulamenta o PRP, bem como do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo como instrumentos e técnicas de produção de dados. Os resultados mostraram que, existem algumas pontos de aproximação e divergências entre os pressupostos formativos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e as proposições do PRP. Conclui-se que, embora o Programa Residência Pedagógica não fundamente as suas práticas na formação do intelectual orgânico, como propõe o projeto político pedagógico da

LEdoC, ele contribui para a constituição da identidade profissional, pois suas ações são desenvolvidas no espaço do povo camponês.

Palavras-chave: Ensino de Ciências. Saberes docentes. Educação do Campo.

THE TRAINING OF FIELD TEACHERS IN THE FRAMEWORK OF THE PEDAGOGICAL RESIDENCE PROGRAM

SUMMARY

In 2018, the Ministry of Education (MEC), through the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), launched the Pedagogical Residency Program (PRP), aimed at students regularly enrolled in undergraduate courses. This program aims to improve the training of students through practices that strengthen the field of teaching in a basic education school called field school. Its proposal is the inclusion of a new model of compulsory Curricular Internship, functioning as an attempt to break paradigms of internship models that traditionally are part of the students' academic career. Therefore, this work was carried out with the objective of knowing the formative proposal of the Pedagogical Residency Program in the scope of the Degree in Field Education. A qualitative research was carried out in which the documental analysis of the legislation regulating the PRP was used, as well as the pedagogical project of the Course of Degree in Field Education as instruments and techniques of data production. The results showed that there are some points of approximation and divergences between the formative assumptions of the Undergraduate Course in Field Education and the propositions of the PRP. It is concluded that, although the Pedagogical Residency Program does not support its practices in the formation of the organic intellectual, as proposed by the political pedagogical project of ledoc, it contributes to the constitution of professional identity, because its actions are developed in the space of the peasant people.

Keywords: Science Teaching. You know teachers. Country Education.

LA FORMACIÓN DOCENTE EN EL PROGRAMA PEDAGÓGICO DE CAMPO NO TIENE ÁMBITO DE RESIDENCIA

ABSTRACTO

En 2018, el Ministerio de Educación (MEC), a través de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES), registro o Programa de Residencia Pedagógica (PRP), dirigido a estudiantes matriculados habitualmente

en cursos de pregrado. Este programa tiene como objetivo mejorar la formación de dos académicos a través de prácticas que fortalezcan el campo docente en una escuela de educación básica denominada Escola-Campo. Su propuesta es incluir un nuevo modelo de Estudio Curricular obligatorio, trabajando como un intento de romper los paradigmas de los modelos escolares que tradicionalmente son parte de la trayectoria escolar de dos estudiantes. Por otro lado, este trabajo se realizó con el objetivo de conocer la finalidad pedagógica del Programa de Residencia Pedagógica no incluido en la Licenciatura en Educación del Área. Se realiza una investigación de enfoque cualitativo utilizando el análisis documental de la legislación regulatoria o PRP, así como un proyecto pedagógico de la carrera de Licenciatura en Educación como instrumentos y técnicas para la producción de datos. Los resultados mostrarán que existen algunos puntos de aproximación y divergencia entre los costos de formación de la Licenciatura en Educación Rural y las propuestas del PRP. Se concluye que el Programa de Residencia Pedagógica no basa sus prácticas en la formación de intelectuales orgánicos, como propuesta o proyecto político pedagógico de LEdoC, que contribuya a la constitución de la identidad profesional, por sus actividades realizadas en el campo pobre.

Palabras clave: Enseñanza de las ciencias. Enseñanza del conocimiento. Educación rural.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) possui como principal objetivo aprimorar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar, de forma, ativa a relação entre teoria e prática profissional docente (CAPES, 2018).

O PRP propõe os seguintes objetivos: aperfeiçoar o estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, induzindo a sua reformulação; fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola; promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular e aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do fortalecimento da relação teoria e prática (BNCC, 2017) (CAPES, 2018).

Considerando tais objetivos, percebe-se a amplitude das proposições desse programa no que diz respeito à diversidade de possibilidades que o compõem, configurando-se como uma política pública cuja intencionalidade busca o aprimoramento da formação inicial de professores, que deve ser desenvolvida a partir do compromisso e responsabilidade de transformar a realidade educacional na qual educandos e educadores fazem parte.

Essa política educacional possui carga horária de 440 horas, que devem ser implementadas em 18 meses, realizada, preferencialmente, numa mesma escola e em dias consecutivos e acompanhada por um professor da escola, denominado preceptor, que precisa ter formação e experiência na etapa ou componente curricular da habilitação do residente (CAPES, 2018). Assim, o PRP possui uma dinâmica de formação-ação um tanto complexa se comparado a outros programas, sendo fundamental que toda a equipe integrante compreenda as suas proposições a fim de que se alcance com êxito as exigências estabelecidas.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo /Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina desenvolveu as ações do PRR com 25 (vinte e cinco) alunos, que cumpriram 440 horas divididas nas seguintes etapas: ambientação na Escola (60 horas); imersão dos residentes na escola (220 horas); regência de classe (100 horas); avaliação, socialização dos resultados e relatório final (60 horas).

A pesquisa foi desenvolvida a partir da seguinte questão norteadora: quais interfaces entre a proposta formativa do PRR e as orientações curriculares da Licenciatura em Educação do Campo? Para a definição desta questão, partiu-se do pressuposto de que, pelo desenho do PRR possui potencial para o desenvolvimento de uma formação fundamentada na articulação entre teoria e prática, bem como na aproximação entre universidade e escola do campo. O objetivo do estudo foi conhecer a proposta formativa do Programa Residência Pedagógica no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo.

Realizou-se pesquisa de abordagem qualitativa, cujo método tem como uma de suas características a imersão do investigador no cenário dos pesquisados com propósito entender as situações investigadas e conhecer como constroem a realidade

onde atuam. Segundo Minayo (2009), a pesquisa qualitativa corresponde a um conjunto de procedimentos utilizados pelo pesquisador com vistas a compreender os significados, valores, crenças e atitudes dos sujeitos investigados. Utilizou-se como instrumento e técnica de produção de dados a análise documental da legislação que regulamenta o PRP, bem como do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Espera-se contribuir para a ampliação dos conhecimentos acerca da formação de professores no contexto da Educação do Campo, assim como ampliar o debate sobre a importância de políticas educacionais voltadas para o fortalecimento da formação inicial.

2 PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Ao longo da história da educação, o papel dos professores adquiriu diferentes naturezas de âmbito social, com forte vinculação política e econômica. Assim, ao tratar sobre formação de professores é necessário refletir sobre o perfil desse profissional, que saberes e conhecimentos ele deve dispor para contribuir para a educação escolar de pessoas. Nesse panorama, a formação docente é muito mais complexa do que transparece ser, razão pela qual é necessário conhecer as diferentes perspectivas que fundamentam as políticas educacionais nessa área.

Embora existam distintas formas de designar as racionalidades que fundamentam as propostas de formação de professores, este estudo fundamentou-se em Pérez Gómez (2000), que apresenta quatro perspectivas básicas e suas caracterizações no que se refere aos objetivos da formação. Elas encontram-se caracterizadas no Quadro 01.

Quadro 01: Perspectivas de Formação de Professores

PERSPECTIVA	PROPÓSITO DA FORMAÇÃO DOCENTE
ACADÊMICA	Defende o caráter eminentemente científico do currículo da formação inicial, compreendido como um processo de transmissão de conhecimentos científicos e culturais cujo propósito é o domínio do saber científico pelo professor.
TÉCNICA	A formação objetiva o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista que são elas que viabilizam a aplicação do conhecimento e da técnica. Assim, o papel do professor é aprender o domínio das técnicas propostas pelos especialistas e a formação tem como objetivo treinar os docentes para o uso das mesmas.
PRÁTICA	O enfoque tradicional propõe que a formação seja desenvolvida por meio de um modelo associado à aprendizagem pela experiência e observação. O enfoque reflexivo defende que a formação esteja diretamente ligada à ação reflexiva dos professores sobre a prática, para a prática e a partir da prática.
RECONSTRUÇÃO SOCIAL	O objetivo da formação é desenvolver a capacidade crítica dos formandos para análise do contexto social e dos processos de ensino e aprendizagem, excedendo os muros das escolas, enxergando, criticando e encabeçando proposições com vistas à superação das contradições sociais e desigualdades educacionais.

Elaborado a partir da análise da obra de Sacristán e Gómez (1998, p. 352-379).

García (1999) afirma que estas concepções variam em função das diferentes abordagens e paradigmas norteadores do currículo, da imagem do professor e das perspectivas a respeito dos processos de formação. Elas também definem os processos de seleção, transmissão e produção do conhecimento, a escolha dos métodos e as estratégias utilizadas nos processos de formação.

Não há dúvidas de que, por se tratar de uma política educacional governamental, a perspectiva teórica que fundamenta as ações do Programa Residência Pedagógica é aquela caracterizada pela concepção hegemônica presente no Ministério da Educação – MEC. Sobre o conceito de hegemonia, Gramsci (1987) afirma que este está relacionado a uma compreensão de mundo que, em determinado momento, se torna predominante e objeto de consentimento e reconhecimento. Vale salientar que hegemonia não pode ser confundida com dominação; hegemonia representa uma direção, conquista, luta, guerra de posição.

Nesse sentido, um importante aspecto para a análise da proposta formativa do PRP é a identificação da concepção de formação de professores que se encontra explícita e implicitamente definida, razão pela qual apresenta-se abaixo alguns recortes do Edital 06/2018:

O objeto do presente edital é selecionar, no âmbito do Programa de Residência Pedagógica, Instituições de Ensino Superior (IES) para implementação de projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura. (CAPES, 2018, p. 1).

O Programa de Residência Pedagógica visa: I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente (CAPES, 2018, p. 1).

[...] III. Docente Orientador: para o docente que orientará o estágio dos residentes estabelecendo a relação entre teoria e prática. (CAPES, 2018, p. 3).

Conforme expressões do documento supracitado, o Programa Residência Pedagógica, estruturado a partir do olhar governamental, representa a hegemonia do Estado sobre as políticas de formação de professores, possuindo como um de seus princípios norteadores a relação teoria e prática. García (1999, p. 39) afirma que essa perspectiva é muito presente na formação inicial, sendo que “o modelo de aprendizagem associado a esta orientação é o da aprendizagem pela experiência e observação”, em que o professor toma um lugar de participante na construção da aprendizagem dos estudantes através da observação e fornecendo orientações sobre o exercício da docência.

O PRP propõe a aprendizagem de conhecimentos e saberes elaborados ao longo da trajetória formativa. Assim, práticas desenvolvidas no âmbito dos processos formativos precisam ser realizadas a partir uma intencionalidade pedagógica definida e bem fundamentada, seja no âmbito das experiências de formação inicial, seja no âmbito das experiências desenvolvidas nas escolas de educação básica. Segundo Silva e Cruz (2018, p. 238), a perspectiva da Residência Pedagógica fragmenta-se na “unidade teoria e prática e coloca a ênfase na prática como concepção utilitarista da formação de professores”.

Na Educação do Campo, teoria e prática são articuladas e mediadas por objetivos comuns, ou seja, uma não substitui a outra, juntas elas se complementam e potencializam em prol da formação humana. Trata-se de uma concepção de educação que se fundamenta, a priori, na perspectiva de reconstrução social, que congrega

posições teóricas que concebem o ensino como uma atividade crítica, uma prática social de caráter ético. Nesse enfoque, o professor é visto como um profissional crítico que reflete sobre a prática, mas que também tece reflexões sobre o contexto social em que a escola está inserida, conforme explicitações do Quadro 01.

Dessa forma, o papel do professor não se limita à aprendizagem de competências para o exercício da docência como propõe a perspectiva técnica, mas um profissional que possui saberes e conhecimentos amplos e compreende que a educação faz parte do desenvolvimento social e humano, que através dela a realidade social pode ser transformada. Nessa perspectiva, a amplitude do ser professor que vai além de um mero transmissor de conhecimentos científicos, como propõe a perspectiva acadêmica, abarcando o papel de um profissional que assume o compromisso de formar pessoas para a cidadania, para a compreensão e transformação de seu contexto social, como propõe a perspectiva de reconstrução social. Imbernón (2011, p. 24), neste sentido, defende que:

O professor ou a professora não deveria ser um técnico que desenvolve ou implementa inovações prescritas, mas deveria converter-se em um profissional que deve participar ativa e criticamente no verdadeiro processo de inovação e mudança, a partir de e em seu próprio contexto, em um processo dinâmico e flexível.

É possível perceber que Imbernón faz uma crítica ao modelo de formação e prática pedagógica fundamentados na racionalidade técnica, que compreende os processos de ensino como intervenção tecnológica, o professor como um técnico e a formação como treinamento para desenvolvimento de competências, conforme explicitações do Quadro 01. Ressalta-se a importância de uma formação que promova reflexões críticas e que supere a ênfase da racionalidade técnica, reconhecendo a necessidade de articulação entre os conhecimentos específicos e o exercício da docência em prol da superação das desigualdades educacionais e sociais.

Diante da proposta de formação ofertada pelo Programa Residência Pedagógica, é necessário estar atento se esta possui relações com o perfil de profissionais que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo almeja formar, assim como compreender como este modelo de formação respeita e valoriza as

especificidades dos discentes do referido curso. Com esse propósito, apresenta-se enxertos ilustrativos do Projeto Político Pedagógico da LEdoC e do Edital Capes 06/2018:

[...] o perfil do egresso da LEdoC é o de um educador cuja prática pedagógica esteja baseada numa visão de totalidade da realidade em que se insere e numa metodologia de produção do conhecimento que seja pertinente à transformação dessa realidade (MELO, 2018, p. 130).

[...] o licenciando deve exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias. (CAPES, 2018, p. 1).

Enquanto as proposições do Curso de Licenciatura em Educação do Campo é a de um profissional comprometido com a transformação da realidade, seja no espaço escolar, seja comunitário, as concepções do Programa Residência Pedagógica propõem um perfil docente que, fazendo a relação teoria e prática, conhecendo a realidade na qual atua e usando metodologias diversificadas, volta-se para a garantia da aprendizagem dos estudantes. Embora a primeira concepção tenha uma dimensão mais abrangente, uma não contradiz a outra, razão pela qual é possível desenvolver as propostas do Programa Residência Pedagógica no Curso de Licenciatura em Educação do Campo fazendo pequenas adequações no desenvolvimento das ações.

No tocante às especificidades da formação de professores para atuação nas escolas do campo, as Diretrizes Operacionais para Educação do Campo (2002) afirmam que é responsabilidade dos sistemas educacionais assegurar que seja planejada a partir das necessidades e realidade dos camponeses, e promovida com efetiva participação dos educadores no seu processo de planejamento e implementação.

Outro importante marco legal é o Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo. Em seu Art.1º, parágrafo 4º, estabelece que:

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livro didáticos,

equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequado ao projeto político e pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

[...]

III- O desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da população social da vida no campo (BRASIL, 2010, p. 82).

Em seu Art. 5º, o Decreto nº 7.352/2010 determina que a formação de professores seja desenvolvida considerando “concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2010, p.84). Mediante esta lógica, percebemos que a política nacional de Educação do Campo propõe um modelo de formação docente que visa atender os sujeitos do campo e suas particularidades, inclusive defende a Pedagogia da Alternância como princípio e forma de organização do trabalho pedagógico. O atendimento a essas prerrogativas legais é relevante, uma vez que o Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9694/96) afirma que

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas; III – adequação a natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.25).

Para que o professor esteja preparado para planejar e desenvolver situações de ensino que respeitem às peculiaridades da vida rural, bem como trabalhe conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes camponeses, é necessário que disponha de conhecimentos e saberes específicos que contribuam para a materialização dessas proposições legais, implicando o desenvolvimento de formação específica como é o caso da Licenciatura em Educação do Campo. A respeito dessa questão, Molina (2015) afirma que os processos formativos devem considerar a realidade histórico-social na qual os educandos/educadores estão inseridos, suas necessidades

formativas para a vida escolar/acadêmica e cotidiana e, de igual modo, a indispensável relação entre teoria e prática.

Contrapondo esta concepção, Oliveira (2013) afirma que os cursos de formação de professores no Brasil ainda desenvolvem um currículo formal e genérico com conteúdo e atividade distanciados da realidade das escolas, contrapondo os objetivos da Política Nacional de Educação do Campo, explicitada no Decreto 7.352/2010, mostrando o distanciamento entre as proposições desse documento e a realidade circundante.

No que se refere às aproximações e distanciamentos entre as proposições do Programa Residência Pedagógica e as orientações legais sobre a formação de professores do campo, esclarece-se inicialmente que o PRP não é uma política específica, mas um programa voltado para o atendimento de todos os cursos de licenciatura, cuja proposta formativa foi elaborada para ser desenvolvida em cursos regulares implementados durante o período regular das Instituições de Ensino Superior – IES. Tal fato gera dificuldade para o desenvolvimento de suas ações no âmbito das licenciaturas em educação do campo, cujas dinâmicas formativas desenvolvem-se por meio da Pedagogia da Alternância.

A título de ilustração, o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da UFPI de Teresina desenvolve-se por meio de duas dimensões formativas integradas: o tempo universidade¹ (TU) e o tempo comunidade² (TC). As atividades de TU são realizadas nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto e durante encontros sistemáticos realizados ao longo do período letivo. As atividades que configuram a dimensão TC são realizadas no espaço socioprofissional do aluno, para que ele possa refletir sobre os problemas, discutir com a comunidade e colegas e levantar hipóteses acerca das soluções possíveis. Esta dimensão se concretiza em

⁵Tempo universidade (TU) – período em que os estudantes ficam na Universidade participando das atividades acadêmicas do Curso.

⁶Tempo comunidade (TC) - período em que os acadêmicos desenvolvem atividades de pesquisa e intervenção no espaço socioprofissional em que residem e ou trabalham. Essas atividades são desenvolvidas nos meses de março/abril e setembro/outubro.

sala de aula, a cada retorno para as atividades de TU, mediante discussões, socializações e a realização anual de um Seminário Integrador³.

A proposta desse curso é formar educadores para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em escolas do campo. A sua missão de formar professores para a construção de uma sociedade que luta pela justiça social e pelos seus direitos. Giroux (1997) afirma que as escolas devem se tornar espaço de ensinar formas de conhecimento, valores e relações sociais, educando para a criticidade e não para a subjugação.

A participação de estudantes e professores da LEdoC no Programa Residência Pedagógica foi possível graças a adaptações realizadas pelas equipes participantes em termos de reorganização dos tempos e espaços de formação, estudo da legislação e do PPC do curso para buscar as aproximações e evitar conflitos entre as proposições formativas de ambas as propostas.

Assim, embora o Programa Residência Pedagógica não fundamente as suas práticas na formação do intelectual orgânico⁴, como propõe o projeto político pedagógico da LEdoC, ele contribui para a constituição da identidade profissional, pois suas ações são desenvolvidas no espaço do povo camponês. Ademais, os residentes desenvolvem uma prática fundamentada nos saberes e conhecimentos obtidos no curso, através da estreita relação entre teoria e prática.

A participação de estudantes e professores da LEdoC no Programa Residência Pedagógica foi possível graças a adaptações realizadas pelas equipes participantes em termos de reorganização dos tempos e espaços de formação, estudo da legislação e do PPC do curso para buscar as aproximações e evitar conflitos entre as proposições formativas de ambas as propostas.

³ Este seminário é realizado por meio da parceria dos professores e estudantes. O seu objetivo é favorecer a reflexão e socialização sobre o movimento da realidade nos diferentes territórios de referência dos estudantes.

⁴ O Intelectual orgânico é um tipo de intelectual que se mantém ligado à sua classe social originária, atuando como seu porta-voz. É um conceito criado pelo italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito da configuração do PRP no atendimento de estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo notou-se algumas dificuldades que precisam ser retomadas para que possa integrar o modelo educativo proposto pela Educação do Campo, de modo a respeitar as especificidades dos povos do campo.

Enquanto o Programa Residência Pedagógica fundamenta-se suas ações formativas na *perspectiva da prática*, cujo enfoque defende que a formação seja desenvolvida por meio de um modelo associado à aprendizagem pela experiência, observação e à ação reflexiva dos professores sobre a prática, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo ancora a sua proposta formativa na *perspectiva da reconstrução social* em que o objetivo é desenvolver a capacidade crítica dos professores para análise do contexto social e dos processos de ensino e aprendizagem, excedendo os muros das escolas, enxergando, criticando e encabeçando proposições com vistas à superação das contradições sociais e desigualdades educacionais.

Conclui-se que, embora o Programa Residência Pedagógica não fundamente as suas práticas na formação do intelectual orgânico⁵, como propõe o projeto político pedagógico da LEdoC, ele contribui para a constituição da identidade profissional, pois suas ações são desenvolvidas no espaço do povo camponês. Ademais, os residentes desenvolvem uma prática fundamentada nos saberes e conhecimentos obtidos no curso, através da estreita relação entre teoria e prática.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Pronera. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007_2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em 11/03/2020.

⁵ O Intelectual orgânico é um tipo de intelectual que se mantém ligado à sua classe social originária, atuando como seu porta-voz. É um conceito criado pelo italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo**. Brasília, MEC/SECAD, 2002.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 11/03/2020.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital 6: Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica**. 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

GARCÍA, C. M. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, R. A. **Licenciatura em Educação do Campo: formação de professores e prática educativa**. 2018. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; São Paulo: Hucitec, 2009.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 55, jan./mar. 2015. p. 145-166.

OLIVEIRA, M. M. **Sequência didática interativa: no processo de formação de professores**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. Ensino para a compreensão. In: SACRISTAN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, K. A. C. P; CRUZ, S. P. **A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências**. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8062>. Acesso em 11/03/2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Edital 06/2018.** Institui processo de seleção de bolsistas no âmbito do Programa Residência Pedagógica, Teresina, 2018.